

# *Superior Tribunal de Justiça*

**EDcl no AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.775.489 - SP (2018/0278789-9)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**  
**EMBARGANTE** : LPS ONLINE CONSULTORIA DE IMOVEIS LTDA  
**EMBARGANTE** : LPS BRASIL CONSULTORIA DE IMÓVEIS S/A  
**ADVOGADO** : HÉLIO YAZBEK - SP168204  
**EMBARGADO** : EVEN-SP 25/10 EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA  
**ADVOGADOS** : JÚLIO NICOLAU FILHO E OUTRO(S) - SP105694  
CAROLINE ARAUJO FERNANDES - SP340546  
**EMBARGADO** : MARCELO PAVANELLO MARTINS  
**EMBARGADO** : MARCIA HARUMI CINTRA KYUKAWA  
**ADVOGADO** : BRUNO ANGELI PERELLI - SP316078

## **EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE QUALQUER DOS VÍCIOS ELENCADOS NOS ARTS. 489 E 1.022 DO CPC/2015. MERO INCONFORMISMO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS, COM APLICAÇÃO DE MULTA.

1. Inexiste afronta aos arts. 489 e 1.022 do CPC/2015 quando a decisão recorrida pronuncia-se, de forma clara e suficiente, acerca das questões suscitadas nos autos, manifestando-se sobre todos os argumentos que, em tese, poderiam infirmar a conclusão adotada pelo Juízo.
2. No caso concreto, não se constata os vícios alegados pela parte embargante, que busca rediscutir matérias devidamente examinadas e rejeitadas na decisão embargada, o que é incabível nos embargos declaratórios.
3. Embargos de declaração rejeitados.

## **ACÓRDÃO**

A Quarta Turma, por unanimidade, rejeitou os embargos de declaração, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Marco Buzzi (Presidente), Luis Felipe Salomão, Raul Araújo e Maria Isabel Gallotti votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília-DF, 26 de novembro de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator